”O PT não surgiu nos gabinetes de Executivo e Legislativo”

07/06/2011

Publicado pelo Jornal do Comércio de 6 de junho de 2011.
Entrevista concedida aos repórteres Ana Paula Aprato e Guilherme Kolling.

Jornal do Comércio – Como o senhor avalia o surgimento do PT e o partido hoje?

Olívio Dutra – No final da década de 1970 foi surgindo a ideia de um partido ligado ao movimento sindical. Não só da classe operária, mas da classe trabalhadora. Também como uma crítica aos partidos tradicionais. Essa foi a ideia do Partido dos Trabalhadores. Por isso digo hoje: o PT não é um partido que surgiu de cima para baixo, dentro de gabinetes do Legislativo e do Executivo. O PT veio de baixo para cima, é um partido que surgiu de uma parte considerável dos movimentos sociais, na luta contra a ditadura militar, na luta por condições de vida digna para a população trabalhadora e uma partilha justa das riquezas do País. O PT não pode, de repente, passar a ser um partido da acomodação, da conciliação permanente, que aceita o jogo político do toma lá, dá cá.

JC – Mas chegou ao poder…

Olívio – O PT foi conquistando espaços na institucionalidade – o que é importante, pleiteamos a democracia. Mas não meramente a democracia formal; tem que estar enraizada na prática, para qualificar a vida das pessoas. O PT não pode ser um partido, digamos, que perca a sua rebeldia.

JC – E é possível isso estando nos governos?

Olívio – É essa a questão. Por isso, o PT tem que ter instâncias que possibilitem um debate constante sobre as consequências de um partido que surge não dos gabinetes, de repente, ter que estar ocupando os gabinetes legislativos e executivos. É preciso discutir no que isso resulta.

JC – Em que aspecto?

Olívio – O governo do presidente Lula (PT), nos seus dois mandatos, e agora o governo da presidente Dilma, o Tarso aqui no Rio Grande do Sul, isso representa uma nova conjuntura, que se abriu por conta da conquista popular, democrática. Mas o Estado brasileiro ainda está com a sua formatação, que o faz funcionar muito bem para poucos. Ou não funcionar para muitos. Então, apesar de tudo o que pôde ser feito no governo Lula, nos nossos governos aqui no Rio Grande – me orgulho de ter sido governador -, ainda assim tem estruturas que não foram mexidas.

JC – Quais?

Olívio – O fato de Lula ter incluído milhões de brasileiros em uma renda melhor, condições de vida, salário e educação melhores, ter tido uma relação política aberta, uma política externa soberana, sem arrogância, mas afirmativa… Tudo isso são conquistas que não podemos perder. Mas isso é pouco diante de uma realidade que coloca, por exemplo, 16 milhões de brasileiros vivendo com uma renda diária de R$ 2,30. Eu voltei à universidade e pego dois ônibus para ir e dois para voltar da Ufrgs. Isso dá um gasto de R$ 10,80. Então, imagina uma pessoa sustentar a sua família com R$ 2,30? E são 16 milhões de brasileiros nessa situação. O governo deve trabalhar para a maioria da população. Tem um domínio aristocrático que controla a máquina brasileira há 510 anos. Em qualquer mandato que o PT exercer tem que estar a semente da transformação, e

não da acomodação. Essa é a grande questão para o nosso partido.

JC – Qual é a sua avaliação dos governos Dilma e Tarso?

Olívio – São governos que tocam adiante um esforço. O governador Tarso está indo bem. Dilma também. Mas tem a conjuntura… Precisamos de reformas como a agrária, que não se conseguiu fazer avançar. E o acesso à terra, de forma democratizada, é fundamental para o desenvolvimento econômico e social do País. Precisamos da reforma político-partidária, em que partidos tenham posições ideológicas claras e que não sejam balcões de negócio. E o Estado brasileiro não é propriedade do governante, deste ou daquele partido que está exercendo o poder. Nem de grupos econômicos poderosos. O Estado tem que ser democratizado e estar sob controle público.

JC – A conjuntura atual é mais favorável a isso?

Olívio – Bem mais favorável. Até porque o discurso do Estado mínimo, dos neoliberais, está desgastado por conta da crise financeira internacional. Os países do capitalismo central tiveram que recorrer ao socorro do Estado. E é a sociedade que tem que controlar o Estado e não o contrário. Um partido sério, quando exerce governos ou mandatos, deve buscar avançar nisso. O PT é o maior partido do campo democrático-popular, a esquerda brasileira, mas não o único. Há partidos de origem mais antiga e também franjas em outros partidos de centro-esquerda, que não são cabresteadas pelos figurões dessas legendas. Então, há a possibilidade de uma discussão qualificada de como esse campo pode se alternar em cabeças de chapa para disputas locais.

JC – Isso vale para 2012?

Olívio – Sou a favor da alternância, para esse campo formar – através da boa discussão em cima de temas como o papel do Estado – o desenvolvimento, a ideia de que a política é a construção do bem comum através do protagonismo das pessoas, que devem ser sujeito e não objeto da política. São ideias fundamentais para a gente encarar as próximas eleições.

JC – Tarso formou uma boa base (PT, PSB, PCdoB, PDT, PTB, PRB e PR). Essa coalizão é o principal mérito do governador?

Olívio – Acho que isso não é mérito pessoal, é uma conjuntura que vai desabrochando. E tem riscos. O governo Lula, com sua composição, não conseguiu fazer a reforma política nem a tributária, nem a reforma agrária nem a urbana. Um governo de composição ampla acaba não podendo fazer e empurra adiante. Tem um conforto, mas ao mesmo tempo engessa. É uma contradição permanente. A questão da governabilidade tem também coisas que não se pode fazer. Mas não se pode conformar com o pragmatismo político…

JC – A propósito de ideais na política, como foi seu início?

Olívio – Meu pai, carpinteiro, criou cinco filhos. Então, a consciência de que existe uma realidade a ser transformada vem de muito tempo. Jovem, militei na Igreja Católica. Tinha uns 15, 16 anos. A gente discutia a questão da desigualdade, da solidariedade, da caridade, do trabalho voluntário. Daí, vim a Porto Alegre com 18 anos incompletos, consegui vaga para trabalhar, mas faltou a carteira de reservista. Então, tive que voltar a São Luiz Gonzaga. E prestei lá o serviço militar.

JC – Teve atuação no movimento estudantil?

Olívio – Cheguei a ser presidente da União Saoluizense de Estudantes. Era uma entidade em que estudantes de famílias abonadas promoviam festas, bailes… Montamos uma chapa para discutir a ausência de escola pública depois do Ginásio. Ganhamos a eleição. Tinha 16 ou 17 anos. Na Igreja, havia uma campanha nacional por educandários gratuitos. E fiz parte do movimento em São Luiz Gonzaga, por uma escola pública de 2º Grau (Ensino Médio).

JC – E a vida sindical?

Olívio – Em 1961, fiz concurso para o Banrisul. Tinha 19 jovens disputando a vaga de contínuo… Entrei, fiquei três anos na função e fiz concurso interno para ser escriturário. Participei da minha primeira greve em 1962. Não tinha sindicato em São Luiz Gonzaga, mas foram até lá. Como fazia o trabalho de rua, fiquei encarregado de reunir o povo na Casa Rural. E se decidiu que os bancários de São Luiz Gonzaga entrariam em greve. Era uma luta salarial. Mas no segundo dia a greve acabou. E fiquei me perguntando: para entrar em greve teve reunião. Agora, para sair, ninguém nos consultou.

JC – E como o senhor veio para Porto Alegre?

Olívio – Eu continuava no movimento para ter aquela escola. Mas o clima político estava se fechando por conta da ditadura. O prefeito era primo do Jango, mas militava na Arena. E, uma vez que a escola fosse instalada, nós, os jovens, queríamos que a direção fosse eleita. Tive a petulância de escrever essas coisas no jornal. O prefeito não gostou e toda a estrutura de poder local funcionou para que eu fosse transferido ou perdesse o emprego. Mas eu era funcionário concursado do banco. Então, fui transferido para Porto Alegre.

JC – Por querer eleições…

Olívio – Meus pais eram eleitores do PTB, tinham retrato do Getúlio. Mas um tio, irmão da minha mãe, dizia: "Olha, tem muito rico no PTB também. Temos que pensar com a nossa cabeça para não ser massa de manobra." Esse tio, Pedro Beis, em 1954 – Getúlio em crise, iria se suicidar em seguida – foi pego numa madrugada colando cartazes com críticas que só quem fazia era o Partidão (Partido Comunista Brasileiro). E foi preso. Aí, nos revezamos mandando uma viandinha para o tio Pedro na cadeia. Eu tinha 13 anos, fui em várias ocasiões. Até que ele foi solto graças a um advogado do Partidão. Com a pecha de comunista numa cidadezinha, meu tio veio a Porto Alegre.

JC – Também a contragosto.

Olívio – Conto essa história porque em 1979 fui preso na nossa greve dos bancários, fiquei 14 dias na Polícia Federal. E um dia chegou uma visita: Pedro Beis. Fazia muito tempo que eu não via o tio Pedro. Cheguei na salinha e lá estava ele com uma carteirinha de cigarro. E disse: "Olha, meu sobrinho, vim aqui retribuir porque, quando eu estive preso 25 anos atrás, tu me levavas uma viandinha lá na cadeia." E eu: "Muito obrigado, tio Pedro. O caso é que eu não fumo. Mas fico muito grato pelo gesto".

JC – E o seu ingresso no Sindicato dos Bancários?

Olívio – Cheguei em 1970, me colocaram na agência mais periférica de Porto Alegre na avenida Francisco Trein com a Assis Brasil. E logo me filiei ao sindicato. Era temerário, tinha dois bancários presos pelo regime. Fizemos reuniões e um texto que denunciava a situação. Ninguém assinou, claro. Queríamos que a categoria soubesse…

JC – Foi uma iniciativa sua?

Olívio – Não. Isso foi o pessoal ligado às áreas de base da Igreja, de movimentos para proteger as pessoas perseguidas. Fizemos o texto e mandamos para todas as agências de banco. Lembro da chegada desse envelope na agência onde eu estava. O gerente me chamou. "Tem um problema aí com uns bancários. Tu és o cara que vai no sindicato, traz as informações" – o sindicato tinha um departamento odontológico e eu divulgava o serviço. "Então, Olívio, acho meio perigoso isso aí. Mas dá um jeito." Bom, entreguei aos colegas. A informação circulou. Até que um dia chegou lá na agência o presidente do sindicato. E começou a me explicar a situação daqueles dois bancários. O sindicato tinha colocado advogado, mas os órgãos de repressão estavam em cima.

JC – E o ingresso na direção?

Olívio – Outra vez o presidente veio à agência. "Tu tem ido nas assembleias e estão esvaziadas." E me propôs que eu fosse para a executiva. Mas eu tinha feito vestibular para a Ufrgs. "Não quero dar o meu nome

e depois não poder dar conta das reivindicações.” Aí, fiquei na quarta suplência. Quase no final desse mandato, quatro diretores deixaram de ser bancários. E fui convocado em 1974. Na divulgação, começamos a trabalhar com o pessoal da Coojornal; Santiago e Edgar Vasquez faziam charges. E a luta por liberdade e autonomia sindical nos possibilitou a relação com outras categorias. Em 1975, teve eleições e fui colocado na cabeça da chapa. Conheci o Lula nessa época. Fui reeleito no sindicato em 1978, e depois, cassado em 1979, na nossa greve dos bancários, a primeira grande greve de uma categoria do Rio Grande.

Compartilhe nas redes: